



Fonte: O professor no espelho / Publicado em 16 de janeiro de 2013
(<https://amaieski.wordpress.com/2013/01/16/o-professor-no-espelho/>)

JORNAL DO SINPRONNF (ISSN 24477281)

*** EDITOR CHEFE**

Job Tolentino Junior
(SECRETARIA DE RELAÇÕES POLÍTICAS SINDICAIS E ASSUNTOS JURÍDICOS/TRABALHISTAS)

*** EQUIPE DE PRODUÇÃO**

Claudina de Paula Dias Gomes; Wilza Carla de Sá Oliveira; Ana Karina Mendonça de Souza
(SECRETARIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS, CULTURAIS, DIVULGAÇÃO E IMPRENSA)
Jacimar Fazollo Méra (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO)

Estamos filiados a:



SUMÁRIO

Página 01:

- INSPIRAÇÃO PARA ESTA EDIÇÃO
- SUMÁRIO

Página 02:

- PESQUISA SINPRONNF: 87% DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SÃO CONTRA A VOLTA ÀS AULAS
- SINPRONNF RENOVA ACORDO COLETIVO DE TRABALHO COM A REDENTOR

Página 03:

- SEMINÁRIO ON-LINE DE EDUCAÇÃO DO SINPRONNF
- TRABALHADORES COM JORNADA REDUZIDA TÊM DIREITO A 13º INTEGRAL

Página 04:

- A SAGA DO FUNDEB - PARTE 1: FUNDEB É DESCONFIGURADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Página 05:

- A SAGA DO FUNDEB - PARTE 2: SENADO REJEITOU POR UNANIMIDADE AS EMENDAS DA CÂMARA E APROVOU RELATÓRIO ORIGINAL DO FUNDEB

- A SAGA DO FUNDEB - PARTE 3: CÂMARA REJEITA EMENDA QUE FAVORECIA O SETOR PRIVADO E APROVA O FUNDEB EM DEFINITIVO

Página 06:

- O PROFESSOR NO ESPELHO

Página 07:

- PARASITAS?

Página 08:

- O JAIR QUE HÁ EM NÓS

Página 10:

- PROFESSORES: A ÚLTIMA TRINCHEIRA CONTRA A BARBÁRIE

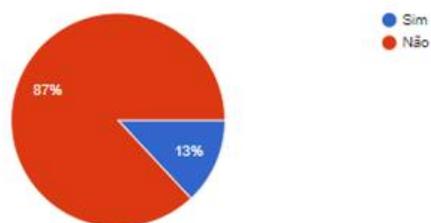


PESQUISA SINPRONNF: 87% DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA SÃO CONTRA A VOLTA ÀS AULAS

As professoras(res) dos colégios particulares da educação básica da Região Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro que participaram da pesquisa on-line feita pelo Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense (SinproNNF) são, em sua grande maioria, contra o retorno, agora, das atividades presenciais: 87%. Ao mesmo tempo, metade das docentes considera que pertence ao grupo de risco relacionado à letalidade da covid (gráfico):

Considerando o cenário atual, você é favorável ao retorno das aulas presenciais para os professores que não possuem comorbidades?

69 respostas



A pesquisa foi realizada na primeira semana de outubro pelas redes sociais do Sinpro e confirmou, também, que as docentes conhecem os protocolos de segurança e estão tomando cuidado para não contraírem a doença, tanto que apenas 1/3 contraiu a covid. Com isso, 97% das professoras realizaram ou realizam aulas remotas. No entanto, 60% afirmaram que tiveram que comparecer em algum momento, de modo presencial, às escolas, em uma quebra eventual da segurança; além disso, a maioria afirma que teve aumento da demanda de trabalho com as aulas remotas:

Ministrou aulas remotas em substituição às aulas presenciais no período de pandemia?

69 respostas



A pesquisa também confirmou que mesmo na educação básica do ensino privado da Região Norte e Noroeste Fluminense houve, na pandemia, evasão de alunos: 21% das pessoas pesquisadas afirmaram que houve muita evasão e 40% que houve pouca:

Sobre evasão escolar. Como foi a situação nas turmas que leciona?

68 respostas



Nessa mesma linha dos problemas advindos da pandemia, a maioria das professoras afirmou que apenas 17,4% dos estudantes não tiveram problema com o acesso à Internet:

Você teve alunos com dificuldade para acesso a tecnologia necessária às aulas remotas?

69 respostas



Fonte: SINPRONNF / Publicado em 21 de outubro de 2020

(<https://www.sinpronnf.com.br/pesquisa-sinpronnf-87-das-professoras-do-educacao-basica-sao-contr-a-volta-as-aulas/?v=908f9fa6d01c>)

SINPRONNF RENOVA ACORDO COLETIVO DE TRABALHO COM A REDENTOR

O Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense (SinproNNF) celebrou a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com o Centro Universitário Redentor (UniRedentor). O ACT foi assinado nessa terça (07), na sede da universidade, no município de Itaperuna (fotos), e tem validade até dezembro de 2021.

Foi acordado a manutenção de todas as cláusulas sociais e reajuste de 3,50% para todos os professores e professoras a partir de janeiro de 2021.

Pelo Sinpro assinou o seu coordenador, professor Paulo Roberto Pereira Gomes. Pela Redentor, assinou o ACT o reitor Joaquim José da Cunha Junior.

O ACT também foi assinado pelo Sindicato dos Professores de Campos e São João da Barra e Sindicato dos Professores de Petrópolis e Região, já que a universidade mantém campus naquelas regiões – as duas entidades são coirmãs do SinproNNF, filiadas à Feteerj.

Fonte: SINPRONNF / Publicado em 09 de dezembro de 2020

(<https://www.sinpronnf.com.br/sinpronnf-renova-acordo-coletivo-de-trabalho-com-a-redentor/?v=908f9fa6d01c>)

SEMINÁRIO ON-LINE DE EDUCAÇÃO DO SINPRONNF

O Sindicato dos Professores do Norte e Noroeste Fluminense (SinproNNF) realizou o seu V Seminário de Educação, com o tema: ‘Saúde e Práticas Inovadoras’, nas datas de 01 a 03 de dezembro de 2020.



V Seminário DE EDUCAÇÃO On line

Dias:
01, 02 E 03
DE DEZEMBRO /
INÍCIO ÀS 19h.
*Não teremos reprise

Evento GRATUITO E COM CERTIFICAÇÃO

Tema:
SAÚDE E PRÁTICAS INOVADORAS

01/12 – PALESTRA
* APRENDIZAGEM BASEADA NO PERFIL E INTERESSE
Prof. Leonardo Valadão
* GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO
Profª. Jannayna Tavares

02/12 - PALESTRA
* CONECTADOS COM O AMANHÃ
Prof. David Coelho

03/12 – MESA REDONDA
* SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA
Drª. Bruna Nascimento / Drª. Cláudia Tavares
Prof. Marco Machado

INSCRIÇÕES:
www.sinpronnf.com.br

REALIZAÇÃO:  SINDICADO DOS PROFESSORES NNF-RJ

APOIO:  ITAPERUNA

O evento foi realizado de modo on-line, e atualmente está disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=b6dPseA6WIo&t=1264s>

A inscrição para o evento foi gratuita e ofereceu aos professores e professoras a certificação do Sinpro de participação.

A programação foi a seguinte:

01/12 – Palestras (19h):

Aprendizagem baseada no perfil e interesse: prof. Leonardo Valadão (Doutorando em Ciências da Computação UFES, Mestre em Pesquisa Operacional, atua na área educacional há mais de 25 anos).

Gamificação na Educação – Profª. Jannayna Tavares (Mestra em Administração, Fundadora do Laboratório Educação do Futuro, Professora e Coordenadora do Centro de Carreira da Uninovafapi).

02/12 – Palestra (19h):

Conectados com o amanhã – David Coelho (Psicólogo, Professor, Palestrante, Master Trainer em Programação Neolinguística e Coaching Education)

03/12 – Mesa Redonda: Saúde e qualidade de vida (19h):

Dra. Bruna Nascimento – Médica, Pós Graduada em Nutrologia.

Dra. Cláudia Tavares – Neurocirurgiã e Neurologista.

Prof. Marco Machado – Educador Físico, Especialista em Bioquímica, Fisiologia e Nutrição na Atividade Física, Mestre em Ciências da Motricidade Humana.

Fonte: SINPRONNF / Publicado em 05 de dezembro de 2020

(<https://www.sinpronnf.com.br/v-seminario-educacao-sinpronnf-sera-de-10-a-12-de-nov-incricoes-gratuitas/?v=908f9fa6d01c>)

TRABALHADORES COM JORNADA REDUZIDA TÊM DIREITO A 13º INTEGRAL

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia divulgou nesta terça-feira (17/11) uma nota técnica que determina o pagamento integral do 13º para os trabalhadores que tiveram redução na jornada de trabalho devido à crise da Covid-19, conforme adesão ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Lei nº 14.020/20.

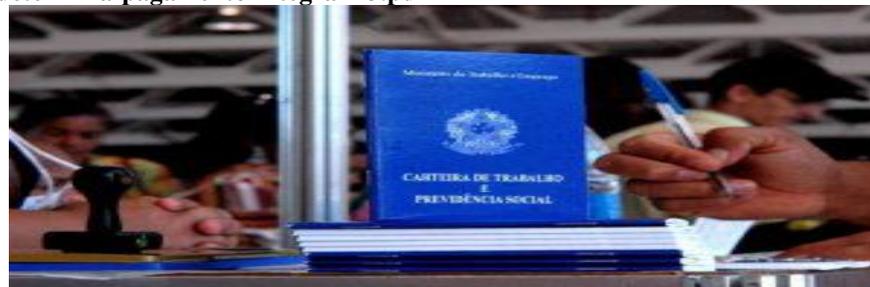
Segundo o órgão, a regra deve ser seguida principalmente nos casos de funcionários com jornada reduzida durante o mês de dezembro. O direito a férias após 12 meses de trabalho também está mantido.

Com isso, os professores e professoras nessa situação têm que ficar atentos para reclamar seus direitos – qualquer problema, procurem o Sindicato dos Professores de sua região.

Nas situações de suspensão dos contratos, contudo, o período sem trabalho não deve ser computado para o cálculo de 13º e férias, exceto quando o tempo de serviço ultrapassar 15 dias no mês. Dessa forma, o funcionário que teve o contrato suspenso receberá, como 13º, 1/12 de seu salário para cada mês em que trabalhou por pelo menos 15 dias.

O período de suspensão também não é considerado para férias. Ou seja, o trabalhador poderá tirar férias assim que completar 12 meses de trabalho efetivo, sem contar a suspensão.

A secretaria explica que essa diferença se deve ao fato de o funcionário continuar recebendo salário nos casos de redução de jornada, o que possibilita calcular o tempo de serviço. Quando há suspensão do contrato, não há pagamento de salário, e por isso não há como considerar o período afastado como tempo de serviço. A nota técnica pode ser lida em: <https://www.conjur.com.br/dl/governo-determina-pagamento-integral-13.pdf>



Fonte: FETEERJ / Publicado em 19 de dezembro de 2020

(<https://feteerj.org.br/mesmo-com-jornada-reduzida-trabalhador-tem-direito-a-13o-integral/>)

A SAGA DO FUNDEB

PARTE 1: FUNDEB É DESCONFIGURADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A base de apoio a Bolsonaro na Câmara dos Deputados, em Brasília, em votação nessa quinta-feira (10), coordenou a aprovação do projeto de lei que desfigurou totalmente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), abrindo o dinheiro da educação pública para a iniciativa privada. Com isso, a maioria dos deputados aprovou verbas substanciais para o Sistema S” (Senai, SESI, SESC), que já tem financiamento próprio, e para as escolas ditas “filantrópicas” e religiosas. Além disso, o projeto aprovado não regulamentou o piso nacional do magistério e liberou recursos para profissionais terceirizados das escolas.

Em resumo, o que os deputados da base do governo Bolsonaro fizeram foi desfigurar a proposta original do FUNDEB, colocando em risco a própria existência da educação pública em nosso País. Lembrando que, em agosto, o texto original do FUNDEB (Emenda Constitucional 108) foi aprovado, tendo como linha mestra a garantia da educação básica de qualidade para todos os brasileiros – nós mesmos aqui no site da Feteerj pedimos a participação da categoria na defesa pela aprovação do Novo Fundeb, exemplificado na EC 108.

A luta agora é no Senado Federal, onde temos que reverter a situação, já na próxima semana – votação no Senado e eventual retorno à Câmara dos Deputados; e é preciso mobilizar todos os professores e a sociedade para que os senadores aprove os destaques que serão feitos para defender a educação pública e o piso nacional do magistério – clique aqui para ter acesso aos nomes, fones dos Gabinetes e emails dos senadores.

De posse dos nomes dos senadores, vá às redes sociais e pressione o parlamentar para que ele defenda o Fundeb para a educação pública e não aprove que o dinheiro vá para a iniciativa privada.

Veja o que foi aprovado pela maioria dos deputados e que causará um desastre na educação pública:

A privatização da oferta de educação técnica e profissional, drenando recursos públicos para instituições conveniadas ou “parceiras” com o poder público, sobretudo as entidades do Sistema S, que já contam com fartos recursos públicos e ganharão ainda mais com o FUNDEB. E não há travas para essas parcerias!

A privatização por convênios irrestritos na educação infantil (creche e pré-escola) e na educação especial. Também não há limites para as parcerias entre o poder público e as instituições privadas (conveniadas) nessas etapas e modalidades.

A privatização de 10% das vagas do ensino fundamental e médio, atendendo especialmente aos interesses de entidades confessionais e aquelas que fazem filantropia com recursos públicos no país.

A privatização das atividades de contraturno escolar, algo inédito na educação brasileira. As instituições conveniadas (comunitárias, confessionais e filantrópicas) poderão abocanhar mais 30% do custo aluno do FUNDEB para ofertar atividades extracurriculares aos estudantes das escolas públicas.

Outra inclusão ao texto diz respeito à vigência da Lei 11.738 (Piso do Magistério) até que o Congresso regulamente uma nova lei de piso nacional para o magistério. A proposta da CNTE previa prazo para a regulamentação do piso salarial do art. 206, VIII da Constituição, mantendo-se vigente, até essa data, o atual piso do magistério. O risco agora consiste em não aprovar o piso para todos os profissionais da educação e, de quebra, termos uma nova legislação para o magistério mais restritiva que a atual.

Introduz na subvinculação de 70% dos recursos do FUNDEB, destinados à remuneração dos profissionais da educação, também os trabalhadores que desempenham atividades nas instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, além de psicólogos, assistentes sociais e quaisquer outros profissionais que estejam vinculados às secretarias de educação (contadores, advogados, administradores, quicá militares!).

A desvinculação de verbas substanciais para a iniciativa privada vai atingir principalmente os municípios mais pobres, que não terão como arcar com a rede municipal de educação.

A luta agora é no Senado, onde tentaremos reverter essa situação.



REGULAMENTA Fundeb!

**RETIRAR RECURSOS DO
FUNDEB PARA A
INICIATIVA PRIVADA
É GOLPE!**

#FundebÉpúblico

Feteerj

Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro
www.feteerj.org.br

Fonte: FETEERJ / Publicado em 11 de dezembro de 2020
(<https://feteerj.org.br/camara-dos-deputados-destroi-fundeb/>)

A SAGA DO FUNDEB

PARTE 2: SENADO REJEITOU POR UNANIMIDADE AS EMENDAS DA CÂMARA E APROVOU RELATÓRIO ORIGINAL DO FUNDEB

Em sessão presencial e on-line nessa terça-feira (15), o Senado Federal rejeitou por unanimidade e acordo dos líderes as emendas feitas na semana passada na Câmara dos Deputados e que haviam desfigurado o Relatório de regulamentação (PL 4.372/2020) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). Com isso, as emendas dos deputados que cediam quase R\$ 16 bi para a iniciativa privada, escolas confessionais e privadas, além de permitir o pagamento de terceirizados, foram derrubadas pelos senadores.

Parabéns aos senadores que durante a sessão de hoje defenderam o Fundeb para a educação pública e criticaram asperamente a postura da maioria da Câmara, que mudou o relatório, descaracterizando profundamente e para pior o texto original – lembrando que o relatório original de regulamentação do Fundeb (PL 4.372/2020) havia sido feito em torno de um amplo acordo entre todos os partidos e também nas duas casas do parlamento em Brasília.

A votação hoje no Senado foi uma grande vitória dos movimentos sociais da educação! Agora a pressão volta à Câmara dos Deputados para aprovar o texto aprovado no Senado. Vamos ter que impedir que a base bolsonarista e os ultraliberais tentem aprovar, novamente, as emendas que destruiriam o Fundeb. Foi importante a votação por unanimidade pelo Senado para demonstrar a insatisfação de um dos poderes da República com o verdadeiro golpe aplicado por uma maioria de deputados.

Por isso, os professores e professoras têm que manter a pressão. Agora, novamente em cima dos deputados!

Vamos lutar em defesa do #FundebéPúblico



Fonte: FETEERJ / Publicado em 15 de dezembro de 2020
(<https://feteerj.org.br/senado-rejeitou-por-unanimidade-as-emendas-da-camara-e-aprovou-relatorio-original-do-fundeb/>)

A SAGA DO FUNDEB

PARTE 3: CÂMARA REJEITA EMENDA QUE FAVORECIA O SETOR PRIVADO E APROVA O FUNDEB EM DEFINITIVO

Em sessão presencial e on-line nessa quinta-feira (17), a Câmara dos Deputados em Brasília aprovou em definitivo o Relatório de regulamentação (PL 4.372/2020) do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica). Dessa forma, os deputados aprovaram o mesmo texto que veio do Senado, sem as emendas que abriam as receitas do Fundeb para a iniciativa privada. O PL agora vai à sanção presidencial.

Foi uma bela vitória da mobilização dos movimentos sociais e sindicais em torno da bandeira da educação pública de qualidade.

COMO FOI A VOTAÇÃO

O texto do relatório (PL 4.372/2020) que veio do Senado foi votado inicialmente e aprovado por ampla maioria: 470 a 115 (foto). No entanto, o Partido Novo fez um destaque que, se aprovado, reporia todas as emendas que tinham sido aprovadas na semana passada pela Câmara e que desvirtuaram o PL, concedendo amplas receitas para a iniciativa privada, o que nunca foi o objetivo do projeto do Novo Fundeb.

O destaque do Novo foi apoiado pela base do governo Bolsonaro (PSL, PL e outros pertencentes ao famoso “Centrão”); além disso, alguns partidos, como o PV, liberaram o voto, o que causou apreensão nos defensores do Fundeb. No entanto, o destaque foi derrotado por uma boa margem: 286 a 163. Com isso, o projeto de regulamentação do Novo Fundeb foi aprovado em definitivo e vai à sanção presidencial.

Neste link você poderá saber que deputado votou a favor do destaque do Novo que destruiria o Fundeb.

Mas a luta ainda continua, pois Bolsonaro, com certeza, aprovará o PL com vetos pontuais que terão que ser derrubados pelo Congresso.

O texto final pode do PL 4372/2020 pode ser lido aqui:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261121>

A Feteerj e os Sindicatos dos Professores (Sinpro) parabenizam todas as professoras e professores que participaram dessa intensa e fundamental mobilização em defesa da escola pública de qualidade.



Fonte: FETEERJ / Publicado em 17 de dezembro de 2020
(<https://feteerj.org.br/camara-rejeita-emenda-que-favorecia-o-setor-privado-e-aprova-o-fundeb-definitivo/>)

O PROFESSOR NO ESPELHO

Uma imagem vale por mil palavras. Velho ditado, mas, a qualquer tempo hodierno. As Charges – com letra maiúscula, pois aprendi que nome próprio começa sempre assim, se bem que hoje alguém pode dizer que é “caixa alta” – são o reflexo da sociedade em um dado momento e merecem ter status de estrelas, assim como a maioria dos autores.

Os chargistas são uma classe especial de artistas, pois conseguem resumir eventos e fatos, traduzindo realidades nos traços simples ou rebuscados, ora brincando com a tristeza, ora dramatizando a alegria. Por vezes, conseguem até congelar o tempo, tornando-se atemporais, se bem que essa não seja uma característica comum a elas.

Os chargistas não costumam priorizar um assunto. Usam todo e qualquer tema que seja atual, mas por vezes, sabe-se lá por que motivo oculto conseguem em uma imagem, relatar todo drama de uma categoria.

As duas charges que ilustram o texto, utilizadas com a permissão do autor, refletem o drama, – ops... acho que vou trocar por “problema” para não ser dramática – que afeta a educação pública em alguns rincões desse imenso país de dimensões continentais. O chargista desenha aquilo que a sociedade percebe ou a sociedade percebe aquilo que o chargista desenha? O espelho reflete aquilo que está diante dele, ou,,, Não importa. Importante mesmo é que a situação exposta nas charges não é reflexo apenas da reclamação de professores, que de acordo com alguns, estão sempre reclamando, de barriga cheia.



Fonte: A charge é do Sinovaldo / Publicado em 15 de outubro de 2019 (https://cardosinho.blog.br/wp-content/uploads/2019/10/charge_sinovaldo-professor.jpg)

Se a ideias do chargista render frutos, ou melhor, cestas, parte do problema estaria resolvido, para alegria de uns, que com toda propriedade diriam: – reclamando de barriga cheia. Por outro lado, difícil seria guardar os poucos alimentos, pois logo eles seriam sugados pelo sumidouro, já que não há piso capaz de deter a erosão do salário, ops...do solo amado da pátria Brasil.

Professores são, portanto, vistos como pessoas de pequenas, mas bem pequenas posses. Pose até fazem, todo dia diante do espelho, treinando a melhor expressão para não deixar transparecer a desilusão e continuar vendendo a ideia de que educação é a solução. Solução para que? Para quem?

A educação é emancipatória? Não para o professor. A educação proporciona direitos? Não para o professor. A educação forma cidadãos? Não se for professor... Se fosse emancipado, seria um cidadão com direitos plenos, trilhando seu caminho sobre o piso bem pavimentado, por Lei.

Fonte: O professor no espelho / Publicado em 16 de janeiro de 2013 (<https://amaieski.wordpress.com/2013/01/16/o-professor-no-espelho/>)



Fonte: A charge é do Sinovaldo / Publicado em 09 de setembro de 2008 (<https://fatosemcharges.wordpress.com/2008/09/09/charge-do-sinovaldo-jornal-nh-2/>)



Fonte: A charge é do Sinovaldo / Publicado em 2013 (<https://i.pinimg.com/originals/4b/08/cd/4b08cdca482888adf4868517ca43d2b3.jpg>) ou (<https://br.pinterest.com/pin/483714816223523018/>)

O MURAL DA VERGONHA

PARASITAS?

Hannah Arendt está entre os pensadores que mais profundamente compreenderam as atrocidades cometidas pelos regimes totalitários do século XX, especialmente em sua dimensão cotidiana. Uma de suas preocupações centrais era entender como pessoas comuns foram capazes de cometer algumas das maiores insanidades que o mundo já viu e integrar essas práticas normalmente à banalidade do cotidiano.

Arendt se perguntava, por exemplo, como era possível a um oficial do exército alemão receber amigos em casa para o jantar, conversar sobre futebol, ler Goethe antes de dormir, abraçar seus filhos e rir em família durante o café da manhã, e então se dirigir a um campo de concentração e passar o dia a assassinar judeus e ciganos.

Suas respostas a essa e outras indagações do mesmo gênero são, claro, filosoficamente complexas, e não é objetivo dissecá-las aqui. Mas um aspecto interessa à argumentação que pretendo apresentar a seguir. Um argumento central em suas análises, retomado por muitos pensadores que seguiram e seguem sua trilha filosófica para compreender nossos tempos, é o de que uma característica importante da sociedade contemporânea é que ela abriu mão do pensamento.

Abdicamos de pensar. Contra tudo o que nos ensinaram pensadores, filósofos e cientistas por 25 séculos, nos tornamos uma sociedade que não quer e não sabe pensar.

É verdade que temos opinião sobre tudo. Nos posicionamos sobre qualquer coisa que esteja em pauta. Gritamos pelo direito de nos expressar e dizer o que “achamos”, não importa do que se trate. Todos têm o direito e as ferramentas para se expressar, para manifestar “sua” opinião. E ficamos tão preocupados em fazê-lo que deixamos de refletir sobre como essas opiniões são definidas.

Os resultados são catastróficos. Uma multidão de sujeitos empoderados e ávidos por expressar suas opiniões sobre tudo, mas incapazes de desenvolver um raciocínio de forma lógica, de encadear argumentos coerentes, de articular ideias com fatos, de contextualizar conceitos... de pensar com as próprias ideias.

Confundimos o fato de termos “opinião” com a habilidade de pensar, e então passamos a vida reproduzindo ideias alheias como se fossem nossas, incapazes de perceber suas contradições e fragilidades. Somos como aqueles bonecos de posto de combustível, que precisam de um fluxo constante de ar externo para parar em pé. Se o compressor de ar for desligado, o boneco simplesmente cai porque não tem nada que lhe sustente. Do mesmo modo, se tirarmos de nossos discursos o que é reprodução automática de argumentos alheios, dificilmente sobra algo que pare em pé.

Substituímos o processo de pensamento próprio pela reprodução dos argumentos e visões de mundo de sujeitos a quem escolhemos “seguir”. E então nos tornamos bonecos de posto, dependentes de fluxos externos de “opiniões” para sermos notados; imbecis empoderados portadores de iPhones e conectados a redes sociais, orgulhosos da própria imbecilidade.

Peço desculpas ao leitor pela longa introdução, e passo ao caso concreto de que quero tratar. No último dia 7 o Ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou os funcionários públicos brasileiros de parasitas. Sim, acabou pedindo desculpas. Disse que se arrependeu e que usou expressão infeliz. É mentira. Ele não se desculpou por arrependimento. O fez pela repercussão negativa do caso e por que ela poderia comprometer a aprovação da reforma administrativa que é prioridade do governo para o primeiro semestre do ano.

Mas não pretendo tratar das sandices do ministro. Me interessa, aqui, a forma como as bobagens que ele disse se espalham como praga entre milhões de bonecos de posto que as reproduzem sem qualquer base factual que as sustente.

Lemos e ouvimos em todos os cantos opiniões cheias de ódio contra os servidores públicos, essa “casta de privilegiados que ganham super salários e prestam serviços horrorosos à população”. Esse “bando de vagabundos que mamam num Estado que é grande demais e por isso não deixa o país crescer”. Será mesmo?

Apenas para demonstrar como corremos o risco de falar bobagem quando simplesmente reproduzimos discursos sem um exercício mínimo de pensamento próprio, trago alguns dados oficiais (e suas fontes, é claro).

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as médias salariais dos servidores públicos no Brasil (incluindo as três esferas) são as seguintes:

- Servidores do Executivo: R\$ 3.909,00;
- Servidores do Legislativo: R\$ 6.223,00;
- Servidores do Judiciário: R\$ 12.733,00.

Sim, é verdade que existem super salários no setor público. Mas, onde eles estão? Sim, existem juízes e desembargadores que, contrariando dispositivo constitucional que estabelece teto salarial para o serviço público (na casa dos R\$ 39.000,00), ganham R\$ 500.000,00 por mês. Mas isso justifica a generalização que acusa de parasita a professora da escola do seu bairro que ganha R\$ 1.400,00 para ensinar seu filho mal educado a ler e escrever?

São parasitas os bombeiros que ganham R\$ 2.500,00 para fazer seu trabalho sem os equipamentos adequados? Ou os policiais que, por R\$ 2.800,00 entram em troca de tiros com bandidos portando armas sucateadas, ou precisam perseguir furtivos com carro 1.0? Ou os servidores do INSS que ganham R\$ 3.200,00 para dar conta do trabalho de três servidores porque o governo bloqueou as nomeações dos concursados que deveriam repor seus colegas que se aposentaram ou estão em licença para tratamento de saúde?

São parasitas os garis que ganham um salário-mínimo para coletar o lixo que você não é capaz de separar direito e joga em sacos rasgados na frente da casa todos os dias? Ou os atendentes do posto de saúde que ganham R\$ 1.600,00 para ouvir desaforos da população todos os dias por falta de médicos e de remédios que não são culpa sua?

São parasitas os professores da Universidade Federal da Bahia que, mesmo com recursos contingenciados, bolsas de estudo suspensas, laboratórios sucateados e um ministro da educação acusando-os de comunistas e fazedores de balbúrdia, descobriram uma forma de diagnosticar o Corona Vírus em três horas quando as técnicas usadas no resto do mundo levavam dias?

“Ah”, alguns respondem: “mas o Brasil tem funcionário público demais, por isso eles não trabalham”. Será?

Novamente os dados da OCDE, para o ano de 2019: No Brasil, 12% dos cidadãos com emprego formal são servidores públicos. É um dos índices mais baixos entre todos os países. Na Noruega esse índice é de 35%; na Dinamarca, 33%; Na Suécia, 29%; Nos Estados Unidos, 15%. A média da OCDE é de 22%. E isso considerando que, segundo dados do IBGE, 47 milhões de brasileiros trabalham na informalidade. Se esses trabalhadores tivessem emprego formal, o índice do país seria ainda menor.

Outro dado. O índice de servidor público por habitante do país. No Brasil são pouco mais de 12 milhões de servidores para uma população de cerca de 210 milhões, o que corresponde a seis servidores públicos para cada 100 habitantes. Na Finlândia são 25 para cada 100 habitantes; no Reino Unido, 20; No Chile (o paraíso do Paulo Guedes) são oito; Nos Estados Unidos, sete.

“Ah, mas os servidores tem aumento automático. Mesmo se o governo não arrecadar mais, tem que dar aumento todo ano”. Ora, não tem um jeito delicado de dizer: É MENTIRA! O próprio STF já decidiu, em processo iniciado em 2007, que o governo não precisa seguir data base para aumento ou reposição salarial, nem mesmo para repor inflação.

Para ficar apenas no caso dos professores de universidades federais, dos quais faço parte, o último aumento dado pelo governo foi em 2012, depois de uma greve de três meses. Já são oito anos sem, sequer, reposição. Segundo dados do próprio governo, desde 1994 a defasagem do salário dos professores federais chega a 42%. Apenas entre 2010 e 2019, segundo dados do Ministério do Planejamento, o déficit médio do salário dos servidores federais é de 32,6%.

Ora, o que leva as pessoas a acreditarem na mentira de que os servidores públicos tiveram aumento 50% acima da inflação? Quais servidores? Em qual período de tempo? Onde?

“Ah, mas o problema é como o Paulo Guedes disse: as aposentadorias generosas dos servidores públicos quebram o governo”. Mesmo? Desde 2013 os servidores públicos que ingressam nas carreiras de Estado têm regime equivalente ao do INSS. Para ter aposentadoria acima do teto, o servidor precisa pagar previdência complementar. Os únicos que não apenas mantiveram, mas aumentaram seus vencimentos e suas aposentadorias, foram os militares. E eles, é claro, estão de fora da reforma administrativa, como ficaram de fora da reforma da previdência.

E ainda tem a história da estabilidade. Esse dispositivo constitucional que os bonecos de posto acusam de ser uma aberração e motivo para a suposta má qualidade do serviço público. (Em breve escreverei um artigo específico sobre a lenda da má qualidade do serviço público). Ora, a estabilidade não é impedimento para que servidor público seja demitido. A lei 8.112, que é de 1990, já prevê a demissão do servidor público e tipifica os casos em que ela é possível. Entre 2012 e 2018, por exemplo, só no governo federal foram 3.745 servidores demitidos, uma média de 535 a cada ano, segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A estabilidade do servidor público não é privilégio para assegurar má qualidade do serviço. Ela é garantia de impessoalidade na gestão de pessoas dentro das estruturas de governo. É a estabilidade que garante tranquilidade ao auditor fiscal da prefeitura para apontar irregularidades cometidas pelo prefeito ou pelo secretário de fazenda. Sem estabilidade, qual auditoria terá condições de, por exemplo, reprovar a prestação de contas do prefeito? Se a existência dos “cargos de confiança” já é instrumento para governantes encherem as estruturas de governo de parentes e amigos incompetentes, o que seria se todos os cargos públicos fossem passíveis de demissão e livre nomeação?

Os exemplos poderiam se multiplicar, mas o texto já está longo demais. A questão é que a estabilidade não é, nem nunca foi, garantia de impunidade para servidor ruim. A lei prevê, sim, diversas possibilidades de demissão de servidor, e eles de fato são demitidos todos os dias, em todas as esferas de governo.

Mas os bonecos de posto não processam as informações. E acusam quem as menciona de comunista, o que acreditam ser suficiente para desqualificar todas as provas que estão na frente do nariz de quem quiser ver. Sem um pingão de pensamento autônomo, só tem o que dizer porque reproduzem como papagaios as sandices que seus “mitos” vomitam todos os dias.

O atoleiro político, social e cultural em que estamos é provavelmente o pior da nossa história. E as chances de sairmos dele são quase nulas enquanto continuarmos nos comportando como bonecos de posto, reproduzindo sandices, fake news e discursos de ódio sem qualquer fundamento, apenas por preguiça de pensar.

Autor: Ivann Lago – 12 de fevereiro 2020
 (<https://ivannlago.blogspot.com/2020/02/parasitas.html>)

O MURAL DA VERGONHA

O JAIR QUE HÁ EM NÓS

O Brasil levará décadas para compreender o que aconteceu naquele nebuloso ano de 2018, quando seus eleitores escolheram, para presidir o país, Jair Bolsonaro. Ex-integrante do Exército onde respondeu processo administrativo sob acusação de organização de ato terrorista; deputado de sete mandatos conhecido não pelos dois projetos de lei que conseguiu aprovar em 28 anos, mas pelas maquinações do submundo que incluem denúncias de “rachadinha”, contratação de parentes e envolvimento com milícias; ganhador do troféu de campeão nacional da escatologia, da falta de educação e das ofensas de todos os matizes de preconceito que se pode listar.

Embora seu discurso seja de negação da “velha política”, Bolsonaro, na verdade, representa não sua negação, mas o que há de pior nela. Ele é a materialização do lado mais nefasto, mais autoritário e mais inescrupuloso do sistema político brasileiro. Mas – e esse é o ponto que quero discutir hoje – ele está longe de ser algo surgido do nada ou brotado do chão pisoteado pela negação da política, alimentada nos anos que antecederam as eleições.

Pelo contrário, como pesquisador das relações entre cultura e comportamento político, estou cada vez mais convencido de que Bolsonaro é uma expressão bastante fiel do brasileiro médio, um retrato do modo de pensar o mundo, a sociedade e a política que caracteriza o típico cidadão do nosso país.

Quando me refiro ao “brasileiro médio”, obviamente não estou tratando da imagem romantizada pela mídia e pelo imaginário popular, do brasileiro receptivo, criativo, solidário, divertido e “malandro”. Refiro-me à sua versão mais obscura e, infelizmente, mais realista segundo o que minhas pesquisas e minha experiência têm demonstrado.

No “mundo real” o brasileiro é preconceituoso, violento, analfabeto (nas letras, na política, na ciência... em quase tudo). É racista, machista, autoritário, interesseiro, moralista, cínico, fofoqueiro, desonesto.

Os avanços civilizatórios que o mundo viveu, especialmente a partir da segunda metade do século XX, inevitavelmente chegaram ao país. Se materializaram em legislações, em políticas públicas (de inclusão, de combate ao racismo e ao machismo, de criminalização do preconceito), em diretrizes educacionais para escolas e universidades. Mas, quando se trata de valores arraigados, é preciso muito mais para mudar padrões culturais de comportamento.

O machismo foi tornado crime, o que lhe reduz as manifestações públicas e abertas. Mas ele sobrevive no imaginário da população, no cotidiano da vida privada, nas relações afetivas e nos ambientes de trabalho, nas redes sociais, nos grupos de whatsapp, nas piadas diárias, nos comentários entre os amigos “de confiança”, nos pequenos grupos onde há certa garantia de que ninguém irá denunciá-lo.

O mesmo ocorre com o racismo, com o preconceito em relação aos pobres, aos nordestinos, aos homossexuais. Proibido de se manifestar, ele sobrevive internalizado, reprimido não por convicção decorrente de mudança cultural, mas por medo do flagrante que pode levar a punição. É por isso que o politicamente correto, por aqui, nunca foi expressão de conscientização, mas algo mal visto por “tolher a naturalidade do cotidiano”.

Se houve avanços – e eles são, sim, reais – nas relações de gênero, na inclusão de negros e homossexuais, foi menos por superação cultural do preconceito do que pela pressão exercida pelos instrumentos jurídicos e policiais.

Mas, como sempre ocorre quando um sentimento humano é reprimido, ele é armazenado de algum modo. Ele se acumula, infla e, um dia, encontrará um modo de extravasar. Como aquele desejo do menino piromaniaco que era obcecado pelo fogo e pela ideia de queimar tudo a sua volta, reprimido pelo controle dos pais e da sociedade. Reprimido por anos, um dia ele se manifesta num projeto profissional que faz do homem adulto um bombeiro, permitindo-lhe estar perto do fogo de uma forma socialmente aceitável.

Foi algo parecido que aconteceu com o “brasileiro médio”, com todos os seus preconceitos reprimidos e, a duras penas, escondidos, que viu em um candidato a Presidência da República essa possibilidade de extravasamento. Eis que ele tinha a possibilidade de escolher, como seu representante e líder máximo do país, alguém que podia ser e dizer tudo o que ele também pensa, mas que não pode expressar por ser um “cidadão comum”.

Agora esse “cidadão comum” tem voz. Ele de fato se sente representado pelo Presidente que ofende as mulheres, os homossexuais, os índios, os nordestinos. Ele tem a sensação de estar pessoalmente no poder quando vê o líder máximo da nação usar palavreado vulgar, frases mal formuladas, palavrões e ofensas para atacar quem pensa diferente. Ele se sente importante quando seu “mito” enaltece a ignorância, a falta de conhecimento, o senso comum e a violência verbal para difamar os cientistas, os professores, os artistas, os intelectuais, pois eles representam uma forma de ver o mundo que sua própria ignorância não permite compreender.

Esse cidadão se vê empoderado quando as lideranças políticas que ele elegeu negam os problemas ambientais, pois eles são anunciados por cientistas que ele próprio vê como inúteis e contrários às suas crenças religiosas. Sente um prazer profundo quando seu governante maior faz acusações moralistas contra desafetos, e quando prega a morte de “bandidos” e a destruição de todos os opositores.

Ao assistir o show de horrores diário produzido pelo “mito”, esse cidadão não é tocado pela aversão, pela vergonha alheia ou pela rejeição do que vê. Ao contrário, ele sente aflorar em si mesmo o Jair que vive dentro de cada um, que fala exatamente aquilo que ele próprio gostaria de dizer, que extravasa sua versão reprimida e escondida no submundo do seu eu mais profundo e mais verdadeiro.

O “brasileiro médio” não entende patavinas do sistema democrático e de como ele funciona, da independência e autonomia entre os poderes, da necessidade de isonomia do judiciário, da importância dos partidos políticos e do debate de ideias e projetos que é responsabilidade do Congresso Nacional. É essa ignorância política que lhe faz ter orgasmos quando o Presidente incentiva ataques ao Parlamento e ao STF, instâncias vistas pelo “cidadão comum” como lentas, burocráticas, corrompidas e desnecessárias. Destruí-las, portanto, em sua visão, não é ameaçar todo o sistema democrático, mas condição necessária para fazê-lo funcionar.

Esse brasileiro não vai pra rua para defender um governante lunático e medíocre; ele vai gritar para que sua própria mediocridade seja reconhecida e valorizada, e para sentir-se acolhido por outros lunáticos e medíocres que formam um exército de fantoches cuja força dá sustentação ao governo que o representa.

O “brasileiro médio” gosta de hierarquia, ama a autoridade e a família patriarcal, condena a homossexualidade, vê mulheres, negros e índios como inferiores e menos capazes, tem nojo de pobre, embora seja incapaz de perceber que é tão pobre quanto os que condena. Vê a pobreza e o desemprego dos outros como falta de fibra moral, mas percebe a própria miséria e falta de dinheiro como culpa dos outros e falta de oportunidade. Exige do governo benefícios de toda ordem que a lei lhe assegura, mas acha absurdo quando outros, principalmente mais pobres, têm o mesmo benefício.

Poucas vezes na nossa história o povo brasileiro esteve tão bem representado por seus governantes. Por isso não basta perguntar como é possível que um Presidente da República consiga ser tão indigno do cargo e ainda assim manter o apoio incondicional de um terço da população. A questão a ser respondida é como milhões de brasileiros mantêm vivos padrões tão altos de mediocridade, intolerância, preconceito e falta de senso crítico ao ponto de sentirem-se representados por tal governo.

Autor: Ivann Lago – 28 de fevereiro 2020

(<https://ivannlago.blogspot.com/2020/02/o-jair-que-ha-em-nos.html>)



Fonte: A charge é do LAERTE / Publicado em 15 de março de 2015

(<http://revide.blogspot.com/2015/03/voce-esta-cercado-de-ignorantes-saia.html>)



Fonte: A charge é do EDU CEZIMBRA / Publicado em 17 de novembro de 2017

(<https://br.pinterest.com/pin/807411039433442011/>)

PROFESSORES: A ÚLTIMA TRINCHEIRA CONTRA A BARBÁRIE



Jeferson Tenório

jefempessoa@hotmail.com

Professores: a última trincheira contra a barbárie

A vida de qualquer professor deveria virar um filme. As experiências de um professor são um patrimônio intelectual, social e estético. É pelos olhos do professor que as falhas sociais se apresentam. A sala de aula é uma imitação do mundo. Quando a sociedade vai mal é no microcosmo do ambiente escolar que ela se revela. Talvez vocês não saibam disso: mas são os professores que impedem que a sociedade naufrague.

Às vezes, impressiona-me a força desses profissionais. Impressiona-me vê-los enfrentando as acusações infundadas e fascistas de promoverem doutrinações ideológicas, ou ainda as humilhações em ambientes insalubres das escolas públicas e o deboche de governos sobre o piso salarial.

Com a pandemia, fomos empurrados para a frente do computador. Fomos mais uma vez para o front. Tivemos de lidar com as limitações impostas pela distância. Trouxemos a sala de aula para dentro de casa. O trabalho dobrou. E entre cuidar dos filhos, plataformas, fazer a janta, planilhas, notas, conselhos

de classe, aplicativos para baixar, fazer o súper, correção de trabalhos e limpar a casa chegamos exaustos ao fim de 2020. Enfrentamos as câmeras desligadas e as telas sem rostos. O silêncio dos alunos. Diante da tela, buscamos estabelecer um vínculo mais humano com aquele aluno sonolento e sumido, talvez abatido pela situação pandêmica, talvez por não conseguir ter acesso à internet. Mas nós, professores, estávamos lá. Sempre estivemos.

Os professores são a última trincheira contra uma sociedade inculta e bárbara. Quando um professor desiste, todos perdem. Esta coluna é um agradecimento a todos os professores que não abandonaram o barco, mesmo com seus salários parcelados, mesmo acossados pela covid, mesmo desamparados pelo estado, deixados à deriva por um

ministério da Educação que sequer apresentou um plano diante da pandemia.

Obrigado a todos os professores que mesmo em seus momentos de descanso ainda podem ouvir um “ei, sor”.



Autor: GZH – Jefferson Tenório – 22 de dezembro de 2020
(<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/jeferson-tenorio/noticia/2020/12/professores-a-ultima-trincheira-contra-a-barbarie-ckj0hh86u0003019w09ct3rfk.html>)

NENHUM DE NÓS É TÃO FORTE
QUANTO TODOS NÓS JUNTOS!

SER FILIADO AO SINDICATO
FAZ TODA A DIFERENÇA!



FILIE-SE AO **SINPRONNF**

